

Outubro de 2006 até Março de 2008 — Oficial de Informações, de Segurança e Operador de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências da Brigada Territorial n.º 3, em Évora;

Abril de 2006 até Outubro 2006 — 2.º Comandante do Grupo Territorial de Beja;

Maio de 2005 até Abril de 2006 — Chefe da Secção de Investigação Criminal do Grupo Territorial de Beja;

Dezembro de 2004 até Maio de 2005 — Chefe do Gabinete de Apoio ao Comandante da Brigada Territorial n.º 2, em Lisboa;

Outubro de 2001 até Dezembro de 2004 — Adjunto do Comandante do Grupo Territorial de Setúbal;

Maio de 1995 a Outubro de 2001 — Comandante do Destacamento Territorial de Grândola;

Novembro de 1991 a Maio de 1995 — Comandante do Destacamento Territorial de Almada;

Março de 1991 a Outubro de 1991 — Adjunto da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial n.º 2, em Lisboa.

203682822

Despacho n.º 14508/2010

Através do Despacho n.º 19152/2007, de 1 de Junho, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2007, alterado pelo Despacho n.º 8154/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 57, de 23 de Março de 2009, foi definida a estrutura orgânica flexível da Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI), no âmbito da qual foi criado o Núcleo de Assuntos Europeus, integrado na Direcção de Serviços de Assuntos Europeus (conforme a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 1.º e o artigo 5.º do referido despacho).

De acordo com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos casos de ausência ou impedimento do respectivo titular ou em caso de vacatura do lugar.

Considerando que o cargo de Chefe do Núcleo de Assuntos Europeus se encontra vago, impõe-se que, com vista a assegurar o normal funcionamento desta unidade orgânica, se proceda, com urgência, à nomeação do respectivo titular.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe do Núcleo de Assuntos Europeus, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, a licenciada Mafalda da Costa Cabral de Siqueira de Saldanha.

A nomeada reúne as qualificações profissionais e académicas adequadas ao preenchimento do respectivo lugar, conforme resulta da nota curricular em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Setembro de 2010.

Lisboa, 06 de Setembro de 2010. — O Director-Geral, *Paulo Machado*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Mafalda da Costa Cabral de Siqueira de Saldanha
Data de Nascimento: 15.01.1971

Formação Académica:

Licenciatura em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada de Lisboa, com a classificação final de 14 valores (1989/1994).

Pós-Graduação: Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação final de 15 valores (1995/1996).

Actividade Profissional:

Técnica Superior na Direcção-Geral da Administração Interna, Ministério da Administração Interna, desde Abril de 2008, integrada na área de Relações Internacionais, Direcção de Serviços de Assuntos Europeus;

Técnica Superior na Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Fevereiro de 2007 a Fevereiro de 2008;

Técnica Superior na Direcção-Geral do Consumidor, Ministério da Economia e da Inovação, de Outubro de 1995 a Janeiro de 2007, integrada no Núcleo de Assuntos Europeus e Relações Internacionais;

Estágio profissional na Comissão Europeia, de Outubro de 1994 a Março de 1995.

Actividades Relevantes:

Participação enquanto perito nacional no Grupo de Alto Nível Asilo e Migração do Conselho da União Europeia;

Preparação e apoio da participação do MAI nos Conselhos de Ministros da Justiça e Assuntos Internos;

Preparação, coordenação e apoio à tomada de decisão da política nacional, no quadro das competências do MAI, no domínio dos assuntos internos da UE, em particular no que respeita a dimensão externa da política de Justiça e Assuntos Internos da UE e a Abordagem Global das Migrações;

Organização, recepção e acompanhamento de delegações internacionais;

Coordenação da organização e logística das Instalações Permanentes da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia;

Ponto de contacto da Estrutura de Missão da Presidência Portuguesa com os diversos Ministérios sectoriais;

Representante português no Comité Consultivo do Quadro Geral das Actividades Comunitárias a favor dos consumidores, Comissão Europeia;

Participação como perito português nacional no Grupo Protecção e Informação dos Consumidores do Conselho UE;

Ponto de contacto governamental do Centro Europeu do Consumidor;

Oradora convidada pelas autoridades governamentais da Lituânia no Seminário “Preparação da Presidência da Lituânia do Conselho UE”, Vilna, Novembro de 2008.

Formação Complementar:

Diploma do 6.º Ano do Institut Franco-Portugais, Lisboa;

Domínio das línguas inglesa e francesa, ao nível da compreensão, conversação e escrita;

Conhecimentos da língua espanhola ao nível da compreensão, conversação e escrita;

Cursos de Francês e Inglês para Relações Internacionais e Reuniões e Negociações, organizados pelo Instituto Nacional de Administração (INA);

Cursos de Formação Profissional no domínio informático;

Participação em Acções de Formação.

203682741

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14509/2010

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 12185/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 10 de Julho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Setembro de 2010, com o Licenciado Augusto José de Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória/nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única da Administração Pública, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 2.º e anexo I do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho.

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 10 de Setembro de 2010. — O Secretário-Geral, *António Farinha Simão*.

203685399

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extracto) n.º 18374/2010

Nos termos do n.º 3 do artigo 9.ºB do Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de Maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2007 de 19 de Janeiro, faz-se público que, por despacho do Secretário de Estado da Justiça, de 31/08/2010, foi homologada a acta décima sexta do concurso de recrutamento de peritos avaliadores, que aprovou a lista com a classificação final e a graduação dos candidatos por ordem decrescente, nos diferentes distritos judiciais, com indicação dos candidatos que preenchem as vagas.

A referida acta será publicitada na página da DGAJ em www.dagj.mj.pt.

DGAJ, 8 de Setembro de 2010. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.